



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SEAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
Comissão Executiva do Vestibular – CEV



CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE
SOCIOEDUCADOR E ANALISTA SOCIOEDUCATIVO COM LOTAÇÃO NA SEAS

PROVA OBJETIVA FINAL DO CURSO DE FORMAÇÃO
PARA O CARGO DE
ANALISTA SOCIOEDUCATIVO

EDITAL Nº 23/2025 – SEAS/SPS, DE 04 DE AGOSTO DE 2025

DATA DE APLICAÇÃO: 19 DE OUTUBRO DE 2025

INÍCIO: 9 horas — TÉRMINO: 13 horas

Nome: _____ Data de Nascimento: _____

Nome de sua mãe: _____

Assinatura: _____

Após receber sua **folha de respostas**, copie, nos locais apropriados, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a seguinte frase:

O sábio promove a paz.

ATENÇÃO!

- Este Caderno de Prova contém 100 (CEM) questões que você deverá julgar como CERTAS (C) ou ERRADAS (E).
- Ao sair definitivamente da sala, você deverá assinar a folha de presença e entregar ao fiscal de mesa a FOLHA DE RESPOSTAS preenchida e assinada e o CADERNO DE PROVA.

NÚMERO DO GABARITO: 1

Marque, no local indicado na folha de respostas, o número 1, que é o número do gabarito deste caderno de prova e que se encontra no rodapé de cada página.

IMPORTANTE!

SERÁ ATRIBUÍDA NOTA ZERO AO TREINANDO QUE NÃO DEVOLVER A FOLHA DE RESPOSTAS.
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA ENCONTRAM-SE NO VERSO DESTA PÁGINA.

LEIA COM ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

1. O candidato deverá verificar se seu caderno de prova, com 100 (cem) questões, está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida.
2. O candidato o deverá preencher os campos em branco da capa da prova, com as devidas informações.
3. A folha de respostas será o único documento válido para a correção da prova. Ao recebê-la, o candidato deverá verificar se seu nome e número de pedido estão corretos. Se houver discrepância, deverá comunicar imediatamente ao fiscal de sala.
4. A folha de respostas não deverá ser amassada nem dobrada, para que não seja rejeitada pela leitora óptica.
5. Após receber a folha de respostas, o candidato deverá ler as instruções nela contidas e seguir as seguintes rotinas:
 - a. copiar, no local indicado, duas vezes, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a frase que consta na capa do caderno de prova;
 - b. marcar, na folha de respostas, pintando, com caneta transparente de tinta azul ou preta, o interior do círculo correspondente ao número do gabarito que consta no caderno de prova;
 - c. assinar a folha de respostas.
6. O candidato deverá ler atentamente cada item que compõe a prova e julgá-lo como **CERTO** ou **ERRADO**, não havendo outra possibilidade de julgamento.
7. As respostas deverão ser marcadas, na folha de respostas, pintando, com caneta transparente de tinta azul ou preta, o interior do círculo correspondente a **(C) CERTO** ou **(E) ERRADO**, de acordo com seu julgamento. É vedado o uso de qualquer outro material para marcação das respostas.
8. Será anulada a resposta que contiver emenda ou rasura, apresentar as duas alternativas assinaladas, ou, ainda, aquela que, devido à marcação, não for identificada pela leitura eletrônica, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
9. O preenchimento de todos os campos da folha de respostas desta Prova Objetiva será da inteira responsabilidade do candidato.
10. O candidato deverá evitar as seguintes ações:
 - a. deixar de marcar, na folha de respostas, o número do gabarito de seu caderno de prova;
 - b. marcar na folha de respostas mais de um número de gabarito;
 - c. não assinar a folha de respostas;
 - d. fazer, na folha de respostas, no espaço destinado à marcação do número do gabarito de seu caderno de prova ou da indicação da resposta, emendas, rasuras, marcação que impossibilite a leitura eletrônica, ou fizer sinais gráficos ou qualquer outra marcação que não seja a exclusiva indicação do número do gabarito de seu caderno de prova e da resposta.
11. Para garantia da segurança, é proibido ao candidato copiar o gabarito em papel, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, **o gabarito oficial preliminar** e **o enunciado das questões da prova** estarão disponíveis na página da CEV/UECE (www.cev.uece.br), a partir das 17 horas do dia 19 de outubro de 2025 e a **imagem completa de sua folha de respostas** estará disponível a partir das 17 horas do dia 23 de outubro de 2025.
12. Por medida de segurança, não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar, dentro da sala de prova, nos corredores ou nos banheiros: armas, aparelhos eletrônicos, gravata, chaves, chaveiro, controle de alarme de veículos, óculos (excetuando-se os de grau), caneta (excetuando-se aquela fabricada em material transparente, de tinta de cor azul ou preta), lápis, lapiseira, borracha, corretivo e objetos de qualquer natureza (moedas, clips, grampos, cartões magnéticos, carteira de cédulas, lenços, papéis, anotações, panfletos, lanches etc.) que estejam nos bolsos de suas vestimentas, pois estes deverão estar vazios durante a prova.
13. Bolsas, livros, jornais, impressos em geral ou qualquer outro tipo de publicação, bonés, chapéus, lenços de cabelo, bandanas ou outros objetos que não permitam a perfeita visualização da região auricular deverão ser apenas colocados debaixo da carteira do candidato.
14. Na parte superior da carteira ficará somente a caneta transparente, o documento de identidade, o caderno de prova e a folha de respostas.
15. Será permitido o uso de água para saciar a sede e de pequeno lanche, desde que acondicionados em vasilhame e embalagem transparentes, sem rótulo ou etiqueta, e fiquem acomodados debaixo da carteira do candidato, de onde somente poderão ser retirados com autorização do fiscal de sala.
16. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair do recinto juntos, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
17. O candidato, ao sair definitivamente da sala, deverá entregar a folha de respostas e o caderno de prova, assinar a lista de presença e receber seu documento de identidade.
18. Os recursos relativos a esta Prova Objetiva deverão ser interpostos de acordo com as instruções disponibilizadas no endereço eletrônico www.cev.uece.br.

PROVA OBJETIVA

Os 100 (cem) itens que compõem esta Prova Objetiva devem ser julgados como **CERTOS (C)** ou **ERRADOS (E)** de acordo com a Matriz Curricular do Curso de Formação Profissional do Concurso Público da Superintendência do Sistema de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará — SEAS.

ITENS

No que diz respeito aos fundamentos da socioeducação, julgue os nove itens que se seguem.

- () 1. A Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS), criada pela Lei Estadual nº 16.040/2016, possui como atribuição exclusiva a administração das unidades de internação, não integrando sua competência a formulação e a coordenação da política estadual de atendimento socioeducativo.
- () 2. De acordo com a Lei nº 12.594/2012, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), o Plano Individual de Atendimento (PIA) deve ser elaborado por equipe técnica interdisciplinar, não se admitindo que sua construção seja feita de forma unilateral por um único profissional.
- () 3. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que a medida de internação deve ser aplicada como última alternativa, observados os princípios da brevidade e da excepcionalidade, inclusive nos casos de prática de ato infracional cometido com violência ou grave ameaça.
- () 4. Nos termos da Lei do Sinase, os sistemas estaduais de atendimento socioeducativo devem articular-se com os demais entes federativos e setores de políticas públicas, sendo facultativa a instituição de comissões intersetoriais para monitoramento das ações.
- () 5. A Lei Estadual nº 16.040/2016 atribui à SEAS, além da execução das medidas de meio fechado, a função de formular políticas públicas de atendimento socioeducativo, o que inclui ações de prevenção à violência juvenil em articulação com órgãos do sistema de justiça e conselhos de direitos.
- () 6. Durante uma atividade pedagógica em unidade de semiliberdade, um educador decide restringir o contato dos adolescentes com atividades externas, justificando que a prioridade deve ser a disciplina interna e o cumprimento rigoroso de horários. À luz dos fundamentos da Pedagogia da Presença, essa prática está em conformidade com a perspectiva socioeducativa de construção de vínculos.
- () 7. No acompanhamento do Plano Individual de Atendimento (PIA), um educador promove reuniões periódicas com o adolescente e sua família para avaliar avanços, permitindo que o jovem expresse suas expectativas quanto à continuidade dos estudos. Essa prática materializa o protagonismo juvenil defendido nas diretrizes da socioeducação.
- () 8. Na análise histórica do atendimento socioeducativo no Brasil, observa-se que, até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o paradigma predominante era de caráter tutelar e assistencialista, com pouca ênfase nos direitos do adolescente.
- () 9. Um grupo de adolescentes em medida de internação propõe organizar um jornal mural para discutir temas da comunidade e da unidade. O coordenador pedagógico veta a iniciativa sob a justificativa de que adolescentes em cumprimento de medida não podem assumir funções de expressão coletiva, o que está alinhado aos princípios da socioeducação.

Quanto às práticas pedagógicas e transformações no atendimento ao socioeducando, julgue os próximos seis itens.

- () 10. Um educador, diante de conflito entre adolescentes, adota uma postura de mediação dialógica, priorizando a escuta das partes e a construção conjunta de alternativas de convivência. Tal postura corresponde às competências socioeducativas essenciais, ao passo que a aplicação imediata de sanções disciplinares seria incompatível com os fundamentos pedagógicos da socioeducação.
- () 11. De acordo com a Lei nº 16.040/2016, compete à SEAS não apenas a execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, mas também a articulação com os municípios para o acompanhamento direto das medidas em meio aberto, como liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.
- () 12. A Lei nº 16.040/2016 prevê que a SEAS deve atuar em regime de cooperação com órgãos do sistema de justiça, conselhos de direitos e instituições da rede de proteção, sendo-lhe atribuída, inclusive, a função de elaborar normas complementares para o funcionamento das unidades socioeducativas no âmbito estadual.
- () 13. No planejamento de atividades socioeducativas, um coordenador decide trabalhar os eixos estruturantes da socioeducação (proteção, responsabilização, educação e integração social) de forma compartimentalizada, com cada equipe técnica responsável por apenas um eixo, sem articulação entre os demais. Essa prática está em consonância com os princípios da abordagem transdisciplinar que fundamenta a política socioeducativa.
- () 14. Durante uma audiência concentrada, um juiz da infância e juventude recomenda que a equipe técnica da unidade socioeducativa utilize círculos de paz como prática restaurativa para resolver conflitos recorrentes entre adolescentes e servidores. Tal recomendação encontra respaldo nos princípios da Justiça Restaurativa, reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 225/2016) como prática aplicável inclusive em medidas socioeducativas.

- () 15. Uma equipe multidisciplinar (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e professores) realiza planejamento conjunto de atividades socioeducativas, articulando saúde mental, escolarização, cultura e fortalecimento de vínculos comunitários. Essa prática configura aplicação da abordagem transdisciplinar, prevista no Sinase, que reconhece a necessidade de integração entre diferentes áreas do saber.

Considerando os eixos estruturantes e abordagens inovadoras da socioeducação, julgue os próximos cinco itens.

- () 16. Em uma unidade de internação, educadores relatam que o uso de práticas restaurativas gerou maior cooperação entre adolescentes e servidores. Contudo, afirmam que tais práticas não podem ser consideradas parte do processo socioeducativo, por não estarem previstas expressamente na Lei do Sinase.
- () 17. Um adolescente autor de ato infracional grave participa de um círculo restaurativo com a vítima e a comunidade, assumindo compromisso de reparação simbólica e de participação em projeto cultural comunitário. Essa prática atende aos princípios da socioeducação, pois combina responsabilização com integração social, reforçando os eixos estruturantes definidos pela política pública.
- () 18. A socioeducação, conforme a Lei nº 12.594/2012 (Sinase) e a Lei Estadual nº 16.040/2016 (CE), deve ser compreendida apenas como a execução de medidas privativas de liberdade, visto que o caráter pedagógico não altera a natureza sancionatória do cumprimento da medida.
- () 19. No marco legal e institucional da SEAS/CE, a socioeducação é definida como política pública de Estado, orientada pela proteção integral e pela responsabilização, sendo transversal às áreas de educação, saúde, assistência social e justiça, o que reforça sua natureza transdisciplinar.
- () 20. Em uma unidade socioeducativa, um educador limita sua intervenção aos aspectos disciplinares, evitando interagir com os adolescentes além da supervisão das atividades, sob a alegação de que proximidade emocional comprometeria sua autoridade profissional. Tal conduta está alinhada aos princípios da Pedagogia da Presença e às diretrizes do Sinase.

Em relação ao processo do atendimento socioeducativo (fases, rotinas e documentos como Diagnóstico Polidimensional e Plano Individual de Atendimento), julgue os cinco itens que se seguem.

- () 21. O atendimento socioeducativo é o conjunto de ações e políticas públicas voltadas para adolescentes que cometeram atos infracionais, podendo ser dividido sequencialmente em três fases: fase inicial, fase intermediária e fase conclusiva.
- () 22. O cronograma diário das rotinas na Unidade de Internação Provisória (UIP) deve ser elaborado com a participação do(a) coordenador(a) técnico(a), do(a) coordenador(a) de segurança e do(a) pedagogo(a), e deve ser levado ao conhecimento da direção do centro socioeducativo.
- () 23. A avaliação clínica inicial no centro socioeducativo verifica a presença de exame de corpo de delito e se o adolescente apresenta marcas ou sinais que sugerem alguma violação.
- () 24. O Diagnóstico Polidimensional é um documento elaborado na fase inicial de atendimento com o objetivo de subsidiar o Poder Judiciário sobre a necessidade de aplicação de medida socioeducativa.
- () 25. O Plano Individual de Atendimento (PIA) é um documento base que deve conter metas, estratégias e acompanhamento individualizado, mas sua elaboração não é obrigatória por lei.

Com referência às portarias da SEAS, ao direito à liberdade de crença e aos parâmetros de acolhimento à comunidade LGBTQIAPN+, julgue os cinco itens que se seguem.

- () 26. O direito à convivência familiar e comunitária é um princípio fundamental do atendimento socioeducativo.
- () 27. A Portaria SEAS nº 366/2024 revogou todas as disposições anteriores sobre visitas, consolidando novas regras que incluem a proibição de entrada de alimentos nos centros socioeducativos.
- () 28. O uso de equipamentos como o scanner corporal (body scanner) nas unidades socioeducativas do Ceará objetiva substituir as revistas tradicionais e humanizar o processo de entrada nas unidades.
- () 29. A legislação assegura o direito à liberdade de crença, sendo permitida a realização de rituais eclesiais no interior dos centros socioeducativos, desde que em local apropriado.
- () 30. A Lei do Sinase (Lei nº 12.594/2012) reforça o princípio da não discriminação, incluindo explicitamente a discriminação em razão de gênero e implicitamente em razão de orientação sexual.

No que diz respeito aos prontuários (técnico e processual) e aos relatórios (Diagnóstico Polidimensional e Desenvolvimento do PIA), julgue os próximos cinco itens.

- () 31. O prontuário de atendimento técnico é um instrumento sigiloso que deve conter informações relevantes sobre o adolescente, sua família e os registros de todas as ações e serviços oferecidos.
- () 32. O prontuário processual é de responsabilidade do serviço social e contém os documentos processuais, como termos de audiências e sentenças, além das cópias dos documentos civis do adolescente e da família.

- () 33. Os prontuários devem ser guardados em armários individuais, sem necessidade de trancamento, para que toda a equipe tenha acesso facilitado.
- () 34. Os atendimentos individuais e grupais preconizados pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo devem ter frequência mínima quinzenal e mensal, respectivamente.
- () 35. As unidades de internação provisória são responsáveis pela elaboração do Relatório de Diagnóstico Polidimensional, que subsidia a elaboração do Plano Individual de Atendimento, caso uma medida socioeducativa seja aplicada.

A respeito da justiça restaurativa, das práticas restaurativas (como os Círculos) e do regimento disciplinar no âmbito da SEAS, julgue os cinco itens a seguir.

- () 36. As práticas restaurativas do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo são baseadas na justiça restaurativa, que enfatiza a punição do jovem e a reparação dos danos.
- () 37. A Lei nº 16.040/2016 prevê que o Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo deve implantar e manter práticas restaurativas restritas a determinados níveis organizacionais.
- () 38. As faltas disciplinares dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa são classificadas em quatro naturezas: leves, médias, graves e gravíssimas.
- () 39. Um exemplo de falta grave é a evasão durante atividades externas, enquanto impedir atividades socioeducativas é considerado uma falta leve.
- () 40. Nenhuma medida disciplinar pode interromper o direito à escolarização, ao atendimento técnico ou à visita familiar do adolescente.

Com relação ao Programa de Oportunidades e Cidadania (POC), seus objetivos e público-alvo, julgue os próximos cinco itens.

- () 41. O Programa de Oportunidades e Cidadania tem como um dos públicos-alvo adolescentes em cumprimento de medida de semiliberdade.
- () 42. O Programa de Oportunidades e Cidadania é uma estratégia de prevenção à violência para adolescentes em pós-cumprimento de medidas socioeducativas, mas não inclui aqueles que estão cumprindo medidas de meio aberto.
- () 43. A participação no Programa de Oportunidades e Cidadania é voluntária e com livre adesão.
- () 44. Em qualquer período após o cumprimento de medidas socioeducativas, o Programa de Oportunidades e Cidadania pode promover o acompanhamento de adolescentes, contribuindo para sua reinserção social.
- () 45. O Programa de Oportunidades e Cidadania é composto por projetos específicos, sendo o "Novas Trilhas" focado em ações culturais e artísticas.

Acerca das medidas socioeducativas e da organização e rotina dos centros socioeducativos (Unidade de Internação Provisória, Unidade de Internação e Unidade de Semiliberdade), julgue os cinco itens que seguem.

- () 46. As medidas socioeducativas objetivam desaprovar a conduta infracional e garantir os direitos individuais e sociais do adolescente.
- () 47. A medida de semiliberdade é a mais grave, aplicada em situações específicas, com duração de até 3 (três) anos.
- () 48. A Unidade de Internação Provisória (UIP) acolhe adolescentes que aguardam decisão judicial sobre a medida socioeducativa que lhe será aplicada.
- () 49. O estabelecimento de uma rotina diária nos centros socioeducativos reduz tensões e conflitos e ajuda os adolescentes a desenvolverem autonomia e responsabilidade.
- () 50. Na Unidade de Internação (UI), o Plano Individual de Atendimento (PIA) é um instrumento facultativo, pois a medida de internação aplicada é a mais grave.

A respeito da trajetória jurídico-processual do adolescente e do jovem, julgue os próximos cinco itens.

- () 51. A internação provisória pode ser determinada por até 45 dias, mediante decisão fundamentada e com indícios suficientes de autoria e materialidade.
- () 52. É assegurado ao adolescente, entre outros, o direito ao contraditório, que consiste em ser considerado inocente até que se prove o contrário.
- () 53. A semiliberdade possui prazo determinado de duração, que deve ser fixado previamente pela autoridade judiciária.
- () 54. Nos casos de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, a autoridade policial deverá lavrar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente.
- () 55. A internação pode ser aplicada mesmo havendo outra medida adequada ao caso, desde que haja interesse público.

Julgue os próximos quatro itens acerca do papel do Ministério Público no atendimento socioeducativo.

- () 56. A ausência de intervenção do Ministério Público nos casos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente acarreta nulidade processual.
- () 57. É competência do Ministério Público, no sistema socioeducativo, inspecionar apenas as entidades públicas de atendimento e os programas do sistema socioeducativo.
- () 58. O Ministério Público pode conceder remissão antes da ação judicial, evitando a judicialização desnecessária.
- () 59. Segundo o ECA, na apuração de irregularidades em entidade de atendimento, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada, quando houver motivo grave.

Sobre as regras e protocolos de segurança preventiva no sistema socioeducativo, julgue os próximos quatro itens.

- () 60. Constituindo medida de último recurso, o uso de algemas em adolescentes deve ser sempre justificado por escrito e autorizado pelo Ministério Público.
- () 61. A revista estrutural deve ocorrer diariamente em todos os espaços da unidade, enquanto a revista incerta deve ser realizada semanalmente com aviso prévio.
- () 62. Segundo as normas do sistema socioeducativo do estado do Ceará, eventos críticos são aqueles que superam a capacidade de resposta da unidade e envolvem armas de fogo, reféns com risco à vida e destruição ampla do patrimônio.
- () 63. É permitido o uso de algemas em adolescentes gestantes durante deslocamentos externos, desde que seja em uma internação.

No que concerne a mediação de conflitos e gerenciamento de crise no sistema socioeducativo, julgue os próximos quatro itens.

- () 64. Em uma situação de crise, o uso da força deve ocorrer apenas quando todas as alternativas se mostrarem insuficientes, sendo sempre de forma proporcional e justificado.
- () 65. A Portaria SEAS nº 136/2022 autoriza o uso de equipamentos de proteção individual por qualquer servidor presente na unidade, desde que a situação seja classificada como evento crítico.
- () 66. O acionamento do Grupo de Intervenções Táticas (GIT) deve ser decidido pelo Diretor, que deve informar o gestor estadual, podendo o Coordenador de Segurança tomar essa decisão apenas em casos excepcionais.
- () 67. O uso excepcional da força é permitido em casos como legítima defesa, tentativa de fuga ou eventos simples ou complexos não resolvidos pelo diálogo, desde que autorizado pelo Diretor ou, no caso de sua ausência, pelo Coordenador de Segurança.

Considerando as atividades do socioeducador no sistema socioeducativo, julgue os próximos quatro itens.

- () 68. O socioeducador deve realizar inspeções regulares nos espaços físicos da unidade, recolher objetos que representem risco e comunicar imediatamente qualquer anormalidade.
- () 69. A Lei nº 12.594/2012 (Sinase) estabelece que a execução das medidas socioeducativas deve observar princípios como legalidade, proporcionalidade, brevidade e mínima intervenção.
- () 70. Durante as visitas, o socioeducador deve apenas acompanhar os adolescentes, não sendo responsável pelo controle de entrada ou pela revista de objetos trazidos pelos visitantes.
- () 71. Entre as atribuições do socioeducador, encontram-se participar da elaboração de planos de intervenção e auxiliar no desenvolvimento de atividades pedagógicas, garantindo ordem e cooperação.

Julgue os cinco itens que se seguem no que diz respeito aos direitos humanos e ao combate a tortura no sistema socioeducativo.

- () 72. A Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos proíbem expressamente a tortura e qualquer tratamento desumano ou degradante.
- () 73. A prática de tortura é crime afiançável, porém admite graça ou anistia, desde que não resulte em morte ou lesão grave.
- () 74. A Lei nº 9.455/1997 (Lei da Tortura) prevê aumento de pena para o crime de tortura quando cometido por agente público ou contra criança, gestante ou adolescente.
- () 75. A Convenção contra a Tortura, assinada pelo Brasil, obriga o país a adotar medidas legislativas, administrativas e judiciais para prevenir a prática de tortura.
- () 76. A condenação de agente público por crime de tortura não implica perda do cargo, função ou emprego público, pois a estabilidade no cargo é hierarquicamente superior.

No que diz respeito ao papel da corregedoria no sistema socioeducativo, julgue os próximos quatro itens.

- () 77. A Portaria SEAS nº 006/2023 é a principal norma que disciplina as atividades correicionais e a apuração de infrações disciplinares no âmbito da SEAS.

- () 78. A sindicância é um procedimento apuratório que pode resultar na aplicação de penalidades como advertência, suspensão e demissão, sempre assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- () 79. O afastamento cautelar do servidor durante a investigação pode ser determinado por até 90 dias, prorrogáveis por igual período, sem prejuízo da remuneração.
- () 80. Entre as competências da Corregedoria, encontram-se a realização de inspeções periódicas, a instauração de sindicâncias e a fiscalização do cumprimento de normas e prazos estabelecidos.

Julgue o item a seguir de acordo com a Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 227, aponta para o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária para crianças, adolescentes e jovens.

- () 81. É dever exclusivo da família e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 13 de julho de 1989, avalie os três itens a seguir.

- () 82. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.
- () 83. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade, exceto àqueles adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
- () 84. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

Considerando a saúde física e mental dos adolescentes em conflito com a lei e de acordo com a PNAISARI (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei) do Ministério da Saúde, julgue os itens que se seguem.

- () 85. Ao adolescente em conflito com a lei, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado, será garantida a atenção à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), no que diz respeito a promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde nas três esferas de gestão.
- () 86. Entre os objetivos específicos da PNAISARI está ampliar ações e serviços de saúde para adolescentes em conflito com a lei, em especial para os privados de liberdade.
- () 87. Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado deverão receber todos os seus atendimentos de saúde nas unidades socioeducativas.
- () 88. Os Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) devem ser priorizados em detrimento dos Planos Individuais de Atendimento (PIA), de modo a atender às complexas necessidades de saúde dessa população.
- () 89. Entre os objetivos específicos da PNAISARI está priorizar ações de promoção da saúde e da redução de danos provocados pelo consumo de álcool e outras drogas.
- () 90. Na atenção básica, deve haver articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), inclusive por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), para possibilitar avaliações psicossociais que visem à identificação de situações de sofrimento psíquico, transtornos mentais e problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas, para a realização de intervenções terapêuticas.
- () 91. O termo “Doenças Sexualmente Transmissíveis” (DST) está em desuso e foi substituído por “Infecções Sexualmente Transmissíveis” (IST), porque muitas dessas infecções podem permanecer assintomáticas por muito tempo e só serem detectadas por exames laboratoriais. O termo “doenças” remonta a sinais e sintomas visíveis no corpo da pessoa. Essa mudança reforça a importância da testagem regular e do uso de preservativos masculino ou feminino como medida eficaz para prevenir a transmissão de HIV, sífilis, hepatites virais e outras IST.
- () 92. A Profilaxia Pós-Exposição (PEP) consiste no uso de medicamentos antirretrovirais iniciados preferencialmente nas primeiras 48 horas após uma situação de risco, como exposição ao HIV, e deve ser mantida por 28 dias para reduzir significativamente a chance de infecção.
- () 93. Sífilis e gonorreia são causadas por bactérias distintas: a sífilis tem como primeiro sintoma a secreção purulenta e dor ao urinar; a gonorreia causa lesões em fases distintas, podendo evoluir para complicações neurológicas.
- () 94. Existem dois tipos de assédio sexual: o assédio por chantagem, caracterizado pela exigência de conduta sexual em troca de benefícios ou para evitar prejuízos na relação de trabalho, e o assédio por intimidação ou ambiente hostil, que ocorre quando

provocações sexuais inoportunas criam um ambiente ofensivo, intimidatório ou humilhante, prejudicando o desempenho profissional.

- () **95.** No assédio sexual, não há relação de hierarquia entre as partes, podendo ocorrer apenas fora do ambiente de trabalho ou acadêmico; já a importunação sexual exige relação de poder entre autor e vítima para ser caracterizada.
- () **96.** Pandemia, epidemia e endemia são termos usados para classificar a ocorrência de doenças: pandemia ocorre quando uma enfermidade atinge níveis mundiais, espalhando-se por diversos países e continentes; epidemia refere-se ao aumento de casos de uma doença em várias regiões de um país, mas sem alcançar proporções globais; já a endemia é caracterizada pela presença recorrente de uma doença em uma região específica, podendo apresentar aumento de casos em determinadas épocas do ano.
- () **97.** A varicela, popularmente chamada de catapora, é uma doença altamente contagiosa, principalmente em ambientes coletivos, causada pelo vírus varicela-zóster, que infecta os seres humanos e animais, podendo ocasionar casos graves e óbitos.
- () **98.** Dermatoses, doenças que afetam a pele, unhas, cabelos e mucosas, podem ser causadas por vírus, bactérias, produtos químicos, calor, frio ou, ainda, por fatores como estresse, ambiente de trabalho, hábitos e condições ao redor do trabalhador. Quando ligadas ao trabalho, são chamadas de dermatoses ocupacionais.
- () **99.** De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), todas as drogas são substâncias ilegais que alteram o comportamento e o corpo do usuário, podendo o uso dessas substâncias afetar sua saúde, sua vida social ou seu bem-estar pessoal.
- () **100.** O Sisnad (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas) é um sistema nacional unificado cujas políticas relacionadas às drogas são implementadas de forma idêntica em todos os estados e municípios do Brasil, mantendo as mesmas prioridades quanto à repressão, à saúde pública e à redução de danos, sem qualquer variação regional na abordagem.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX